

Ata da Quarta Reunião Ordinária do Comitê da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e de Jacarepaguá

Dia 6 de dezembro de 2006 às 14,00 horas

Local: Instituto Baía de Guanabara – Alameda São Boaventura 770, Fonseca, Niterói, RJ.

Presentes:

Representantes da Sociedade Civil

| Instituição | REPRESENTANTE |
|----------------------------|--------------------------------------|
| ABES-RJ | Carlos Alberto Branco Dias |
| APEDEMA/RJ | Elmo da Silva Amador |
| | Dra. May Terrel Eyrin Suplente |
| CCOB | Omar Serrano de Abreu |
| CREA-RJ | Vagner da Silva Oliveira Suplente |
| IBG | Dora Hees de Negreiros |
| | Luiz Carlos Rodrigues Suplente |
| PRISMA | Silvio Florêncio Ramos da Silva |
| GRUPO SOS LAGOA | Evaristo Xavier Leite Suplente |
| Instituição | REPRESENTANTE Convidado |
| IBG | Carlos B.Viveiros |

Representantes de Usuários da Água:

| Instituição | Nome |
|--------------------------------------|------------------------------------|
| Águas de Niterói | Claudia Barros |
| CEDAE | Jorge Luiz Marinho Muniz |
| FIRJAN | Luiz Caetano Alves |
| Instituição | REPRESENTANTE Convidado |
| Petrobras/ REDUC | Antonio Aragão |
| Laboratórios B.Braun S.A. | Flavia Tatiana F.Ferreira |

Representantes do Poder Público:

| PREFEITURA MUNICIPAL | Nome |
|-----------------------------|---------------------------------------|
| Cachoeiras de Macacu | Jamerson Jacintho de Carvalho |
| Niterói | Isabella Rocha Cascabulho suplente |
| SÃO GONÇALO | Claudia Ribeiro Barbosa suplente |
| PREFEITURAS SUPLENTE | Nome |
| RIO BONITO | Cátia Silveira F.Lemos |
| | Paulo da Silva Penna |
| TANGUA | Elielson Teixeira da Silva |
| GOVERNO ESTADUAL | Nome |
| SEMADUR | Antonia Mônica Veras Batista suplente |
| CONVIDADOS | |
| SERLA | Ana Maria de Campos Pacheco |

Justificaram a ausência:

Dr. Paulo Toledo, presidente;
Breno Herrera Coelho, representante do IBAMA e
Mauricio Abreu, representante da Prefeitura de Guapimirim

Na ausência do Presidente do Comitê, a Secretária Executiva presidiu os trabalhos.

Assuntos discutidos:

1 - Ata da reunião anterior. Não houve necessidade de leitura já que os presentes receberam o texto antecipadamente. Foram feitas algumas correções solicitadas por Omar Serrano e Antonia Mônica Veras Batista e a ata foi então considerada aprovada por todos.

2 – Relatório das atividades das CT Institucional e Legal

O presidente Luiz Carlos Rodrigues relatou as principais ações da CT desde a sua formação: - análise do decreto de criação do Comitê e a evidência da necessidade de haver uma nova redação para que se possa entender qual, especificamente, é a área de atuação do referido comitê. Isto se deve ao fato de ser o comitê um ente misto, sociedade civil e membros de estado, que, por lei, passa a ter a competência de deliberar sobre os usos dos recursos hídricos. Assim, é fundamental estar contida, no ato de sua criação, a área geográfica precisa para atuação, o que não se verifica no decreto de número 38.260 de 16 de dezembro de 2005.

A equipe da câmara técnica entende que, da mesma forma que o decreto que criou o comitê, há diversos pontos no regimento interno que necessitam ser revistos. O grupo passou então a refazer a redação do regimento interno que será, entretanto, objeto de deliberação posterior, adotando a definição das diversas bacias hidrográficas que compõem o comitê com o objetivo de aperfeiçoar seu entendimento,. Como a área de atuação do comitê é composta por 17 municípios, onde residem mais de 9 milhões de habitantes, também o número de representantes que compõem o atual comitê deverá ser majorado.

Existe a intenção de criar uma diretoria colegiada e também a necessidade de que os cargos eletivos tenham um mandato de 4 (quatro) anos, devido a importante tarefa que o comitê terá, como forma descentralizada de deliberação do uso dos recursos hídricos, embora pretenda-se manter a

periodicidade de 2 (dois) anos para a diretoria colegiada. Dessa forma, haverá eleições gerais a cada quatro anos, e internamente, de dois em dois anos para escolha da diretoria colegiada.

Dessa forma, entende o grupo que a melhor forma de participação na administração desse bem público seria na criação de seis colegiados gestores, nos moldes de comitês de bacia, que dariam suporte ao Comitê Gestor, devendo ser abertas vagas com direito a voto para no mínimo um representante por cada uma das seis regiões hidrográficas que compõem o Comitê Gestor. São os seguintes estes colegiados gestores :

- Leste da Guanabara;
- Oeste da Guanabara;
- Lagoa Rodrigo de Freitas;
- Sistema Lagunar de Jacarepaguá;
- Itaipu e Piratininga;
- Sistema Lagunar de Marica

Todas as propostas aqui descritas são parte de revisão e estudo técnico que a Câmara Técnica Institucional Legal está realizando e deverão ser apreciadas pelo Comitê Gestor para posterior deliberação.

O presidente da CTIL deu notícias da paralização dos trabalhos de revisão do regimento interno a partir de junho para ações de mobilização e que o resultado apresentado até agora não corresponde ao esperado. Informou ainda, que não conseguiram definir as normas para a próxima eleição do Comitê da RHBG/SLMJ.

Antonio Aragão perguntou se até março de 2007 estas questões (constituição dos “subcomitês”, regimento interno, e normas para a eleição) estarão resolvidas.

O presidente da CT declarou então que faltam definir questões relacionadas com determinadas áreas, especialmente na Zona Sul do Rio; e que o prazo de instalação do Comitê na sua íntegra, como previsto no Decreto 38.260, dificilmente poderá ser cumprido dado ao volume de trabalho exigido e os poucos recursos existentes.

3 – Relatório das atividades da Câmara Técnica de Estudos, Planejamento e Gestão Ambiental

Dr. Elmo Amador, presidente da CT, desculpou-se por sua pouca participação nos últimos meses, por motivos de saúde e relatou as atividades que se concentraram na avaliação do Plano de Recursos Hídricos elaborado pelo PDBG e na análise da futura localização do COMPERJ. Citou os eventos promovidos pela CT sobre esses assuntos:

- Reunião na APA de Guapi-Mirim e que gerou um documento (manifesto) com a posição do grupo face à instalação do COMPERJ;
- Apresentação do Plano de Recursos Hídricos pela empresa ECOLOGUS no auditório da Águas de Niterói em
- Apresentação do COMPERJ pela equipe responsável por sua implementação, no auditório da FIRJAN em Niterói no dia

Houve uma discussão geral sobre o Plano de Bacias e foram feitas as seguintes constatações: existe o Plano Diretor de Recursos Hídricos, realizado no âmbito do PDBG, que restringe-se à área drenante para a Baía de Guanabara e está desatualizado principalmente quanto à recente decisão da instalação do COMPERJ. Há também outros planos mais antigos, como o relativo à Lagoa Rodrigo de Freitas e os Planos Diretores dos 17 municípios abrangidos. Há necessidade de um trabalho intenso de recuperação de todas as informações neles contidas, sua análise e atualização para então construir o Plano de Bacias do Comitê.

Jâmerson Jacintho, representante do Município de Cachoeiras de Macacu e membro da CT apresentou uma proposta de criação de uma área proteção ambiental para as áreas adjacentes ao COMPERJ, principalmente aquela compreendida entre a Rodovia Niterói-Manilha e a área do empreendimento, justificando com a preocupação quanto à ocupação urbana desordenada. Fez a entrega de mapas indicativos, que passam a fazer parte desta ata, e solicitou bases cartográficas de melhor resolução para poder situar melhor as áreas. A secretária executiva disse já ter solicitado tais bases cartográficas à equipe do COMPERJ e aguarda retorno e que encaminharia os mapas e a presente proposta às Câmaras Técnicas.

4 – Atrasos na instalação da Secretaria Executiva do Comitê

A secretária executiva relatou as dificuldades para a instalação efetiva da Secretaria que envolvem os entendimentos entre três empresas usuárias das águas e a SERLA. Mesmo contando com a boa vontade de todos, somente hoje teve notícias sobre a entrega dos móveis e equipamentos fornecidos pela Schincariol para a sala emprestada pela Águas de Niterói.

Antonio Aragão da REDUC informou que permanece a oferta da contratação de um técnico para a Secretaria Executiva e que esta contratação deverá ser feita pelo COMPERJ, o que está atrasando o processo. Prometeu dar uma posição concreta até sexta-feira, dia 8 do corrente.

5 – Plano de aplicação e resgate dos recursos do FUNDRI – Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Dora Negreiros informou que, segundo informações SERLA, existem pouco mais de 600 mil reais no FUNDRI arrecadados na RHBG+SL . Estes recursos são destinados ao Comitê. Existe toda a burocracia do Estado para resgatá-los mas, principalmente, precisamos ter um Plano de Aplicação aprovado pelo Comitê. Dora ficou responsável pela elaboração deste plano e deverá entregá-lo em 15 dias às duas Câmaras Técnicas para análise. Antônio Aragão sugeriu como modelo deste primeiro Plano de Aplicação o do Comitê Guandu.

As Câmaras Técnicas deverão analisá-lo em janeiro para que possa ser aprovado na primeira reunião do Comitê no próximo ano.

Discutiu-se então a necessidade de criação de uma Agência da Bacia e Antônio Aragão sugeriu também a análise dos modelos do Gandu e do Bengala. Luiz Carlos Rodrigues ponderou que primeiro deve ser constituído o Comitê na sua forma plena, com a integração das novas áreas, para então ser criada a Agência. Enquanto isto a SERLA continuará exercendo o papel de Agência, segundo a Lei 4247.

6 – Assuntos Gerais

- Dora Negreiros informou que o recibo dos móveis e equipamentos doados pela Schincariol ao Comitê será feito pelo IBG que ficará com a guarda deles, em conjunto com a Águas de Niterói onde eles permanecerão. Este procedimento foi necessário pois o Comitê não possui CNPJ e a guarda é temporária, enquanto permanecer como Secretária Executiva. Cópia deste recibo ficará arquivada e à disposição de todos os membros do Comitê.
- Luiz Carlos Rodrigues relatou sua participação no 8º Encontro Nacional de Comitês de Bacias realizado em Vila Velha, ES, de 8 a 11 de agosto, motivo de sua falta à reunião do Comitê. Deixou como sugestão que o 10º Encontro, em 2008 seja realizado no Rio de Janeiro. Precisamos entrar em entendimentos com o novo governo para viabilizar o evento que tem grande repercussão nacional.
- Dra May protestou contra a forma que o Plano Diretor de Marica foi elaborado, aprovado e publicado sem discussão com a comunidade e que contempla intervenções no Complexo Lagunar que julga inoportunas. Denunciou também um loteamento aprovado na foz do rio Doce, junto à Lagoa de Guarapina que teme, irá trazer prejuízos ao ecossistema local, destruindo brejos, taboais, mata atlântica e lançando esgotos no rio ou na Lagoa.
- Omar Serrano informou que o Plano Diretor de São Gonçalo está sendo revisto principalmente na área de Guaxindiba que será ocupada pelo COMPERJ;
- Jorge Muniz lembrou a importância de se verificar conflitos entre os Planos Diretores Municipais, o Plano Diretor de Recursos Hídricos e o Plano de Bacias.
- Pauta para a próxima reunião:
Apreciação da revisão do Regimento Interno que deverá ser entregue à Secretaria Executiva até 15 dias antes da reunião para distribuição e análise por todos os membros do Comitê;

Apreciação do Plano de Aplicação dos recursos. Dora deverá mandar uma proposta para as Câmaras Técnicas ainda no mês de dezembro para que possa ser analisada e devolvida a tempo de ser distribuída 15 dias antes da reunião.

- **Agenda de reuniões ordinárias para o próximo ano de 2007:**

28 de fevereiro

23 de maio

22 de agosto

28 de novembro

Em 7 de dezembro de 2006

Dora Hees de Negreiros

Secretária Executiva